

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SPDA, DE 2022. Aos vinte e seis dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, às dezoito horas, reuniu-se virtualmente o Conselho Fiscal da **COMPANHIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE ATIVOS – SPDA**, com sede na Rua Líbero Badaró, nº 190, 5º andar, Centro, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. **PARTICIPANTES:** THIAGO RUBIO SALVIONI, Presidente do Conselho Fiscal; ANTÔNIO DEMÉTRIO SOUZA JUNIOR e EVANDRO LUIS ALPOIM FREIRE, Conselheiros Fiscais; ANTONIO CARLOS CINTRA DO AMARAL FILHO, Diretor Jurídico, HÉLIO RUBENS DE OLIVEIRA MENDES, Diretor Presidente, e MAURÍCIO AKIHIRO MAKI, Diretor Administrativo Financeiro. Iniciando os trabalhos, os Conselheiros convidaram a mim, PATRICIA MENEGHINI DA SILVA, para atuar como Secretária da Reunião, após, deliberou-se sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**, a saber: **1)** Avaliar plano de investimento da empresa, Plano de Administração e execução do CDI; e **2)** Situação geral das contas e Análise do Fluxo de Caixa mensal e projeção anual. **DELIBERAÇÕES:** **1)** Tendo em vista o cronograma definido no Plano de Trabalho do Conselho Fiscal da SPDA para o ano de 2022, em especial quanto à avaliação do plano de investimento da empresa, Plano de Administração e execução do CDI, o Diretor Administrativo Financeiro iniciou a reunião apresentando aos Conselheiros o plano de investimento, detalhando os aportes previstos para prestação de garantia e o cronograma que vem sendo definido. Também, explicou que a proposta para definição das Metas do CDI para os exercícios de 2023 e 2024 está em elaboração, faltando algumas definições para as metas relacionados aos indicadores e ao quadro de pessoal da Companhia. Após, apresentou aos Conselheiros o resultado parcial do CDI (setembro de 2022) referente ao resultado operacional bruto, financeiro, de pessoal e de produtos. Também, detalhou os três indicadores do CDI, relacionados ao FIDC SPDA: (i) de conversão dos contratos para alienação Fiduciária; (ii) de adimplência dos contratos; e (iii) de custo de gestão da carteira. Sobre os indicadores, informou que o esforço e sucesso na conversões de contratos em alienação fiduciária, modelo de contrato que agrega importantes alterações do Direito Civil aos contratos, sendo vantajoso pois, de forma imediata facilita a cobrança, aprimora a garantia do crédito e segrega melhor as obrigações do comprador e vendedor e de forma mediata melhora a qualidade do crédito e traz liquidez para o crédito no caso de nova cessão.; e **2)** Após, o Diretor Administrativo Financeiro apresentou o fluxo de caixa e a situação atual das contas da Companhia, detalhando

os ingressos e os desembolsos referentes a setembro de 2022, o acumulado e o projetado para o ano. Em assuntos gerais, atendendo uma pendência de reuniões anteriores, o Diretor Administrativo Financeiro apresentou aos Conselheiros os resultados do CDI de 2021 constantes no relatório elaborado pelo COGEAI e recebido pela companhia em agosto de 2022, referentes às seguintes metas: (i) de resultado econômico: considerada como não atingida, pois o cumprimento da meta de R\$ 100 mil do contrato com a COHAB-MG não foi atingida, o projeto que chegou a ter o processo de seleção dos prestadores de serviço concluído acabou não evoluindo pela inabilitação da vencedora por entendimento de que formalmente os documentos apresentados não atenderiam os requisitos editalícios; (ii) de resultado financeiro: considerada como atingida com ressalvas, pois a previsão era a retirada de parte dos recursos da amortização do FIDC do caixa e alocação no fundo de garantias o que não foi realizado, o que impactou positivamente no resultado; (iii) de pessoal: considerada como atingida, tanto em quantitativo quanto em despesas; (iv) de plano de investimento: item vazio, pois não foram contratadas metas de investimento; (v) de produtos: considerada não satisfatória, pois, das três metas de produto contratadas, apenas a de contratação de garantias atingiu desempenho satisfatório; e (vi) de indicadores: considerada não satisfatória, pois das três metas de indicadores contratadas, apenas a meta de custo da carteira foi atingida, as metas de inadimplência e de conversão de contratos em contratos com cláusula de alienação fiduciária acabaram não sendo atingidas devido ao agravamento da situação econômica, conseqüente da segunda onda da pandemia. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, lavrando-se esta Ata que vai assinada por mim e todos os presentes.

PATRICIA MENEHINI DA SILVA

Secretária da Reunião

THIAGO RUBIO SALVIONI

Presidente do Conselho Fiscal



CNPJ/MF n.º 11.697.171/0001-38

NIRE: 35300377303

ANTÔNIO DEMÉTRIO SOUZA JUNIOR

Conselheiro Fiscal

EVANDRO LUIS ALPOIM FREIRE

Conselheiro Fiscal

HÉLIO RUBENS DE OLIVEIRA MENDES

Diretor Presidente

ANTONIO CARLOS CINTRA DO AMARAL FILHO

Diretor Jurídico

MAURÍCIO AKIHIRO MAKI

Diretor Administrativo Financeiro